



XXXI ENCONTRO NACIONAL DO FORPROEX

CARTA DE MANAUS

Reunidos em Manaus, Amazonas, entre os dias 02 e 04 de maio de 2012, durante o XXXI Encontro Nacional, os Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, ao estabelecerem as metas de gestão para o período 2012-2013, reafirmam a defesa dos princípios e valores que norteiam o debate atual sobre a educação brasileira e a efetiva e decisiva contribuição da extensão universitária para o processo de mudança em curso.

No contexto atual entendemos que a extensão universitária pode contribuir na formulação e desenvolvimento de políticas através de sua ação e reflexão nos espaços sociais e particularmente em âmbito acadêmico, articulando-se com o Ensino e a Pesquisa, coerente com o princípio da indissociabilidade, facilitando a interação e o diálogo com as organizações da sociedade civil com vistas ao fortalecimento do compromisso social da Universidade.

Reiteram os compromissos manifestos nas cartas de Maceió e Porto Alegre, considerando o objetivo precípua do FORPROEX que é o fortalecimento da Extensão Universitária como prática acadêmica. Nesse sentido, a agenda estratégica desenvolvida no ano de 2011 exige a continuidade das ações e a inclusão de novas pautas necessárias para desenho e redefinições nas políticas públicas para apoio e fomento de ações acadêmicas no âmbito das agências governamentais, do MEC, e das próprias Instituições de Educação Superior.

Diante do exposto, apresentamos a agenda que deve ser permanentemente atualizada e pactuada na negociação interna e externa:

1. Incorporação curricular definitiva das ações de extensão, reconhecendo seu potencial formativo inserindo-as de modo qualificado no projeto pedagógico dos cursos;

2. Adequada inserção da Extensão nas metas para a Educação Superior no PNE, no sentido de valorizar sua contribuição à qualificação da Educação Superior;

3. Regulamentação da Extensão como prática acadêmica, mediante Lei ordinária, que normalize suas ações e o seu financiamento, e autorize o pagamento de bolsas a docentes e servidores técnico-administrativos envolvidos nas mesmas;

4. Reconhecimento das ações de Extensão Universitária e do esforço docente e técnico, em termos equânimes em concursos, nas normas e nas carreiras acadêmicas;

5. Criação de mecanismos legais de financiamento satisfatório, regular e permanente das ações de extensão, realizadas em qualquer tipo de IES (independentemente de serem Federais, Estaduais ou Municipais), seja através da inserção na matriz orçamentária das IFES, dos repasses por convênios no caso das estaduais e municipais, do aumento dos aportes do MEC, ou via a inclusão na agenda das agências governamentais, de programas e linhas de financiamento para a Extensão Universitária;

6. Definição dos valores alocados para atender as demandas do Edital PROEXT 2012, assegurando um percentual compatível com aquele garantido no Edital anterior quando os recursos foram reajustados em 100 por cento;

7. Instituição pelo MEC, no mais curto espaço de tempo, do Plano Nacional de Extensão como instrumento regulador e de suporte ao conjunto das ações de Extensão desenvolvidas no âmbito da Educação Superior brasileira;

8. Incorporação da Extensão Universitária no processo de avaliação da Educação Superior, com definição de indicadores, metodologias, instrumentos, e apoio à implantação de sistemas de informação e gestão informatizados, no conjunto das instituições;

9. Estabelecimento e fortalecimento de parcerias para a implementação de políticas públicas voltadas para a contribuição inovadora da Universidade, na superação da iniquidade social e para a promoção do desenvolvimento sócio-cultural com destaque para o Programa Josué de Castro, que visa comprometer o conjunto das IPES com a superação da miséria no país;

10 Criação de um Departamento de Políticas Acadêmicas Integradas, na SESU, como instância de coordenação acadêmica que estimule e induza a integração da extensão, ensino e pesquisa no cotidiano das IES e das Políticas da Educação Superior, Ciência e Tecnologia e demais políticas públicas.

11. Apoio e financiamento para criação de plataforma de comunicação da extensão, favorecendo a divulgação de suas políticas, atividades e produtos, bem como uma gestão da informação eficiente.

12. Fomentar e apoiar rádios e TVs educativas vinculadas às IPES, federais, estaduais e municipais para o desenvolvimento de programas em áreas e temas estratégicos para o desenvolvimento nacional, tais como saúde, educação, cultura, entre outros;

A expectativa dos Pró-Reitores de Extensão neste contexto de diálogo e negociação é a possibilidade de ampliação do debate e a concretização de iniciativas que produzam mudanças nas políticas, na organização, na gestão e no cotidiano acadêmico, como forma de estreitamento dos laços que nos unem às organizações sociais, aumentando a contribuição da Universidade pública na promoção do desenvolvimento da sociedade brasileira.

Manaus, maio de 2012